

Grupo dos 24 propõe mudanças no FMI

Rio — Só falta uma decisão política do Grupo dos 24 — conjunto de países subdesenvolvidos que participam do Fundo Monetário Internacional — para que um relatório propondo mudanças no relacionamento do fundo com os países devedores, preparado por um grupo especial de trabalho, seja submetido ao comitê interino do FMI, em reunião que acontecerá no dia 8 de abril, em Washington, e que contará com a presença do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, representando o Brasil.

Rio - Bacha esteve em Washington nos dias 6, 7 e 8 deste mês, justamente para concluir um dos textos que alimentaram o relatório. Em seu trabalho, ele propõe mudanças no sistema de condicionalidades do FMI, de tal forma que também os países credores assumam compromissos com os devedores no momento da discussão da dívida. Este é um dos três pontos principais do relatório que Bacha chama de «condicionalidade recíproca»: os países que entram em acordo com o FMI teriam garantido um volume adequado de financiamento por parte dos credores ou, na hipótese dos países credores não comparecerem com dinheiro previsto, os devedores teriam assegurado acesso a recursos do fundo e do banco mundial. Esta maneira, não seriam obrigados a gerar elevados superávits na balança comercial, à custa de compreensão de 81/83, de acordo com a política econômica realizada pelo ex-ministro do Planejamento, Delfim Netto.

Para determinar o volume de recursos externos de que o país devedor necessitasse, segundo Bacha, o FMI faria «exercícios de crescimento», em vez do tradi-

cional «exercício financeiro», no qual as metas da política interna são traçadas com base apenas nos recursos já dados e que configuram a dívida. A origem dos novos recursos cedidos pelos credores poderia ser a capitalização automática dos juros ou mesmo o aumento da capacidade de empréstimos do próprio FMI e do Banco Mundial.

Proposta

Naturalmente, a primeira pergunta que se colocaria a essa proposta é se ela não estaria implicando um endividamento crescente. E, nesse ponto, Bacha esclarece que a idéia de um novo entendimento entre o FMI e os devedores deve contemplar também o perdão parcial da dívida, refletindo, inclusive, uma realidade do mercado internacional. «Já existe um mercado de segunda-mão no qual os papéis da dívida brasileira valem 60% do seu valor nominal. Em outras palavras, o mercado internacional está dizendo que a dívida do Brasil vale 60 centavos por dólar. Trata-se de encontrar mecanismos que permitam aos países devedores se apropriarem desse desconto. Há um processo de perdas que precisa ser administrado», afirma ele.

Bacha diz que uma das propostas mais importantes, a serem apresentadas, é a de que o FMI se volte para a administração da «reconstrução da dívida», no caso de países em que a capitalização dos juros e o dinheiro novo de instituições multilaterais (FMI e Banco Mundial) não resolvem o problema.

O relatório foi concluído este mês e o economista Edmar Bacha, ex-presidente do IBGE, professor da Pontifícia Universidade Católica e um dos responsáveis pelo trabalho, acredita que, se aprovado, credores e devedores vão negociar dívidas e financiamentos de outra forma, que não implique, necessariamente, em recessão para os países subdesenvolvidos e que permita a estes fazer ajustes na balança de pagamentos com crescimento econômico.

A segunda proposta mais importante do relatório, segundo Bacha, é exatamente a de que o FMI se volte para essa administração da «reconstrução da dívida», no caso de países em que a capitalização dos juros e o dinheiro novo de instituições multilaterais (como o FMI e Banco Mundial) não resolveram o problema. E a terceira proposta é que «os programas do FMI prevejam a possibilidade de choques externos adversos e, por tanto, acomodem o volume de financiamento à eventualidade dessas ocorrências». E o que já foi conseguido pelo México, que tem assegurando um volume maior de recursos, no caso do preço do petróleo cair no mercado internacional.

Para Edmar Bacha, o relatório, se aprovado pelo Grupo dos 24, tem possibilidades também de ser aprovado pelo próprio FMI, porque «já existe uma nova atitude dos países credores, reconhecendo o fracasso da estratégia anterior, pela qual os devedores eram submetidos à política de geração de superávits». Ele lembra, inclusive, que «o princípio do ajustamento com crescimento está consagrado» e o Plano Baker procurou viabilizá-lo. «O próprio diretor executivo do FMI, Michel Cadessus, vem acentuando a necessidade de se adequar os ajustes dos devedores às suas necessidades de crescimento», afirma o economista.

Nesse momento, o relatório está sendo remetido a todos os países membros do grupo dos 24 pelo coordenador do Grupo de Trabalho Especial, o diretor executivo para o FMI da Índia, Arun Senzupta.



Edmar Bacha é um dos responsáveis pelas propostas ao Fundo

